

ARTIGO

Porto Maravilha: alegoria de um Brasil em desencontro com o Brasil

Porto Maravilha: allegory of a Brazil at odds with Brazil

Aercio Barbosa de Oliveira*

Resumo – O presente ensaio tem o propósito, a partir da experiência de mobilização social com moradores e moradoras do Morro da Providência, para evitar que a execução do projeto de urbanização, Porto Maravilha, da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, causasse uma nova onda de remoções de famílias, problematizar o quanto a sociedade brasileira, sobretudo as elites política e econômica ignoram a possibilidade de analisar o Brasil e desenvolver ações que considerem as nossas características socioculturais e socioeconômicas. Ao mesmo tempo, este ensaio procura estimular novos pesquisadores e pesquisadoras a assumirem a atitude intelectual, cada vez mais rara, dos e das intérpretes do Brasil de outrora e hodiernamente. A experiência do projeto Porto Maravilha, executado na região portuária, serve de alegoria ao sintetizar a marca do divórcio do Brasil com o Brasil, que produz afluência, miséria e pobreza.

Palavras-chave: cultura; transformação urbana; Porto Maravilha.

Abstract – This essay aims to problematize how much Brazilian society, especially the political and economic elites, ignores the possibility of analyzing Brazil and developing actions that consider our sociocultural

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: aoaercio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5326-2678>.

DOI: 10.12957/rep.2023.72470

Recebido em 06 de setembro de 2022.

Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2022.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

and socioeconomic characteristics. It is based on experiences of social mobilization with residents of Morro da Providência, who were aiming to prevent the removal of families caused by the urbanization project, Porto Maravilha, designed by the city hall of Rio de Janeiro. At the same time, this essay seeks to encourage new researchers to assume the intellectual attitude, increasingly rare, of interpreters of the past and present Brazil. The experience of the Porto Maravilha project, carried out in the port of Rio de Janeiro, serves as an allegory by synthesizing the essence of Brazil's divorce from Brazil, which produces affluence, misery, and poverty.

Keywords: culture; urban transformation; Porto Maravilha.

*Eu estava na ponta da rua
Eu via a rua se fechar
Eu vi a fumaça da pólvora
Eu vi a corneta bradar¹
(Raimundo Fagner)*

Introdução (A questão)

Durante cerca de seis anos participei, na condição de educador popular da organização da sociedade civil Fase², do Fórum Comunitário do Porto (FCP). Nesse período estivemos ao lado dos moradores e moradoras do Morro da Providência para conter e tentar modificar o projeto de reurbanização da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Este previa instalar equipamentos públicos na favela e criar um parque urbano na área conhecida como Pedra Lisa, a parte baixa do Morro da Providência. Para efetivar o projeto, a prefeitura removeria centenas de famílias e prometia alocá-las em residências próximas à favela.

A ameaça de remoção constante foi a principal agenda do FCP, que reunia, além dos moradores do Morro da Providência e de bairros da região portuária, defensores e defensoras de direitos humanos, pesquisadoras e pesquisadores de universidades, organizações de educação popular e outros movimentos sociais. No entanto, o objetivo aqui não é o de analisar a dinâmica de mobilização do FCP, um espaço importante para o tecido associativo, em um período marcado por tantas violações cometidas pelo poder público. Pouco menos é o de analisar o projeto urbanístico Porto Maravilha, lançado em 2009, na zona portuária do Rio de Janeiro. O projeto e as obras foram realizados com a parceria dos governos do estado do Rio de Janeiro, da cidade do Rio e governo federal, com a justificativa de dinamizar o mercado imobiliário de moradia e negócios; construir equipamentos públicos; e melhorar a infraestrutura e a paisagem urbana para receber os megaeventos esportivos no Brasil – algumas partidas da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que tiveram como sede a capital fluminense. O Porto Maravilha, que beneficiou parcela ínfima da população que mora na

¹ Fragmento da letra musicada *Antônio Conselheiro (Bumba meu boi)*, de autoria de Raimundo Fagner.

² Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Um OSC de educação popular fundada em 1961. Para saber mais, ver link: <https://fase.org.br/pt/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

região, servirá para tratar do quanto o nosso desencontro com uma leitura interpretativa sobre o Brasil é profundo, recorrente e nocivo, precisando ser superado, com o auxílio da mobilização de ideias produzidas em nossas instituições acadêmicas e de pesquisas. E isto se faz ainda mais premente se consideramos o momento atual de retrocesso das conquistas sociais, com a forte presença de posições reacionárias assumidas por governos e por parcelas expressivas da nossa sociedade.

Impulsionado por acompanhar de muito perto todo esse processo de violações cometido pelo poder público, de dentro do FCP, o meu propósito é com este ensaio abordar, a partir de dois fatos notórios da realidade brasileira, uma questão que parece ser ignorada, sem sentido. O primeiro fato é que as elites ou a “inteligência” do país – se é que faz sentido usar esta adjectivação –, por estultice ou para fortalecer posição de poder, são produtoras contumazes de pastiches, normalmente com base naquilo que é produzido fora daqui – simulacro, arremedo etc. –, e desprezam tudo que pode beneficiar a maioria da população; o segundo é a pandemia provocada pelo Sars-CoV-2, que impulsionou o agravamento dos nossos históricos problemas sociais; fato que mobiliza setores da nossa sociedade, bem-intencionados, oportunistas, crédulos, incautos etc. para elaborar propostas de mudanças que debelem os males atuais. A palavra da hora é “retomada”!

Neste contexto, imerso em transformações tecnocientíficas, sociais, econômicas, políticas e culturais, levanto a seguinte questão: *não deveríamos recuperar ou ampliar a produção intelectual de maneira semelhante à atitude adotada por aquelas pessoas que foram conhecidas como intérpretes do Brasil? Ou seja, buscar compreender as nossas questões sociais, culturais, políticas e econômicas para produzir teorias e propostas de mudanças a partir de nossos próprios termos?*

Sabe-se do trabalho árduo de pessoas em instituições acadêmicas, de pesquisas e produções, em diferentes áreas do conhecimento, que seguem essa tradição nomeada como “intérpretes do Brasil”. Gradualmente, no entanto, essa prática foi sofrendo patente embotamento. Na atualidade, trabalhos dessa estirpe são escassos – feito ilhéus numa vastidão oceânica. O labor de interpretar o Brasil fez parte da nossa cultura desde o final do século XIX, impulsionado sobretudo quando viramos uma República, e ganhou força ao longo do XX, estando bem vivo até a década de 1980. Pessoas de diferentes áreas do conhecimento, artistas e críticos literários produziam seus trabalhos orientados por essa problemática.

A antropologia, a ciência social, a economia, os estudos urbanos e rurais, a geografia, produções estéticas, seus movimentos – sendo os mais conhecidos o Modernismo, o Cinema Novo³ e o Tropicalismo – e a crítica literária canalizavam suas energias cognitivas na tentativa de compreender

³ O Cinema Novo fez uso de alegorias em seus filmes ao apresentar as contradições da nossa sociedade. Sobre o tema, ver Xavier (2012) e Paranaçu (2014).

aquilo que nos distingue de outras sociedades, a partir da nossa formação social, dos nossos impasses e contradições. Na economia, por exemplo, procurava-se encontrar um caminho capaz de superar nossas mazelas sociais, de nos tirar do “subdesenvolvimento”; a literatura destacava as contradições de uma modernização conservadora e evidenciava com suas personagens a descrição de ambientes até então ignorados pelas elites rurais e urbanas; a crítica literária, a partir dos romances, crônicas e poesias, buscava entender o Brasil.

Caio Prado Jr., Celso Furtado, Chico de Oliveira, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Josué de Castro, Lourdes Sola, Octávio Ianni, Raymundo Faoro, Ruy Mauro Marini, Sergio Buarque de Holanda etc. são alguns desses intelectuais que passaram boa parte da vida trabalhando com essa intenção. Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga, Lélia Gonzales, Luiza Bairros, Muniz Sodré, Virgínia Bicudo, entre outros, com o mesmo propósito, além de serem intelectuais que se autodeclaravam ou se autodeclararam negros e negras, abordam o significado da escravidão numa perspectiva bem diferente dos que fizeram parte do *establishment*. Esses últimos são pensadores e pensadoras cujas ideias durante um bom tempo permaneceram relegadas nas instituições acadêmicas e no debate público. Neste início do século XXI, as consequências da crítica ao racismo estrutural, a mobilização dos movimentos sociais, com a agenda racial dentro e fora das universidades, as políticas afirmativas, que fez aumentar a presença de discentes negros nas universidades públicas, o ingresso de docentes afrodescendentes nas universidades etc. contribuíram para que as reflexões e proposições desses pensadores e pensadoras estivessem entre disciplinas de algumas universidades, programas e institutos de pós-graduação.

Entre os trabalhos estéticos, para ficarmos só na literatura, destacamos *Triste fim de Policarpo Quaresma* (Lima Barreto), *Grande sertão: veredas* (Guimarães Rosa), *Vidas secas* (Graciliano Ramos), *Macunaíma* (Mário de Andrade), *Quarup* (Antonio Callado), *Viva o povo brasileiro* (João Ubaldo Ribeiro) como alguns dos romances fundamentais de interpretação do Brasil. O romance *Torto arado* (Itamar Vieira Júnior), publicado recentemente, segue essa tradição tão rara nas últimas décadas.

Alfredo Bosi, Antonio Cândido, Jorge Schwartz, Roberto Schwarz, Silviano Santiago etc. são algumas das referências na interpretação do Brasil a partir de obras literárias. Certamente quem se dedica a esse interessante campo do conhecimento identificará significativas ausências nesta lista de referências produzida por um neófito no tema.

Identifico como responsáveis pelo enfraquecimento dessa conduta ao menos duas causas: a ditadura militar, que sufocou o pensamento crítico – tirar a vida de intelectuais, expulsar do país, retirar das atividades acadêmicas etc. foram algumas das medidas tomadas pelos governos militares –; e após a ditadura tivemos o avanço da especialização acadêmica, o declínio

do intelectual público, as exigências produtivistas nas universidades e centros de pesquisa. No entanto, iniciamos o segundo decênio do século XXI com muitos dos problemas tratados pela vaga de intérpretes do Brasil. Mudaram-se as disposições do pensamento, das instituições produtoras de um tipo de conhecimento, ao passo que as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria se agravam.

Com este ensaio espero estimular a oposição à prática mental predominante, que se nega a olhar para a nossa sociedade em toda a sua complexidade e nuances. Animar, sobretudo os mais jovens, que ocupam os cursos de graduação, os institutos de pós-graduação, a abordarem os variados fenômenos que dão forma e contorno à nossa sociedade, a se debruçarem sobre os determinantes próprios da nossa formação social, a adotarem um espírito investigativo dentro de uma perspectiva sistêmica. É verdade que a realidade contemporânea, sejam as relações sociais – de configuração bem distinta da de outrora – ou as institucionais – com práticas metodológicas e epistêmicas estabelecidas, além da mania de seguir o modismo teórico de outras paragens, especialmente do que é produzido fora do continente latino-americano –, impõe dificuldades para assumir essa disposição intelectual.

Em meio às dificuldades supracitadas, há ao menos mais duas objeções que convém destacar. A primeira, de ordem filosófica e epistêmica, é resumida no texto *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard (2004), apresentado ao Conselho de Universidades junto ao governo do Quebec, Canadá. Naquele trabalho, Lyotard expôs as transformações epistêmicas, políticas, científicas e culturais, iniciadas no final do século XIX, que foram minando a utopia Iluminista. Pode-se dizer que o filósofo pós-estruturalista francês produziu o obituário de todo e qualquer esforço intelectual de elaborar metanarrativas, explicações gerais, amplas e universalizantes. A outra objeção, de base sociológica e política, tem relação direta com o avanço do pluralismo e da problematização na sociedade brasileira de questões raciais e de gênero, entre outras relações opressivas, que até pouco tempo eram desprezadas ou, quando muito, enfrentadas de soslaio. Esse contexto acarreta dificuldades para qualquer leitura que se proponha mais abrangente ou que busque expor as intersecções dos fenômenos estudados. Atitude intelectual como essa estará sujeita a incorrer no risco de esposar a homogeneização, deixando de fora, por exemplo, diferentes modos de existência e arranjos culturais. Aliás, poucos intérpretes críticos do Brasil, do pensamento estabelecido, foram capazes de evidenciar nossos dilemas, a nossa formação social, sem cometer o equívoco de ressaltar a miscigenação ou o nosso assimilacionismo cultural, sem dar a devida importância às relações agonísticas, violentas, admitindo um pluralismo domesticado que distorcia a nossa realidade.

No entanto, com esses relevantes questionamentos e riscos, siga a senda da provocação para, quem sabe, estimular novas sínteses, dessa vez, digamos, mais cuidadosas, cujo universalismo a ser perseguido seja um

princípio que contribua para constituir um ambiente mental e institucional que possibilite abarcar o pluralismo político e cultural em nosso território de dimensões continentais e que não é só metropolitano.

Essa minha iniciativa, nada analítica, é tomada num tempo em que completamos dois anos de crise sanitária mundial, no qual a palavra “retomada” aparece de todos os lados, propalada por diferentes vozes. Especialmente nesta primeira quadra do século XXI, quando a dinâmica econômica modifica a paisagem de territórios – seja das áreas urbanas, como as regiões metropolitanas, ou as que servem de plataforma de produção de proteína ou grãos. Hoje temos um Estado mais violento, sobretudo contra os pobres. As formas organizativas dos grupos de pressão da sociedade assumem novas práticas e agendas. Há o impacto da comunicação da internet e das redes sociais na maneira de se fazer política; os conservadores e reacionários da sociedade brasileira passaram a se organizar, a disputar o espaço público, que antes ficava sob o domínio de democratas, socialistas, anarquistas e libertários. Muitas dessas mudanças se acentuaram com a pandemia do Sars-CoV-2. Além disso, as eleições presidenciais de 2022 representam uma significativa possibilidade de retirar o presidente da República responsável pela desconstrução do nosso já precário Estado de Direito. Ou seja, estamos dentro de um contexto de grande desalento, mas instigante e desafiador o bastante para combater tanto a obtusidade criminoso de práticas que se nutrem de um pensamento subserviente aos interesses exógenos – prática antiga em nosso país, tendo o Porto Maravilha como mais uma delas –, quanto os limites de um especialismo acadêmico que poda a ousadia e a criação de novos horizontes.

Antes de avançar para a próxima seção, faço uma pequena digressão para conter mal-entendidos. Não defendo que a nossa cultura, aqui em seu sentido mais abrangente, seja o resultado de um ambiente protegido, impermeável a influências externas. Não é disso que se trata! (Abraço o hibridismo e a mestiçagem! O pensamento avança entre intensas trocas e embates!) Nesse ponto, sirvo-me de Oswald de Andrade, em especial do *Manifesto Antropófago*, lançado em 1928, como uma vacina contra o vírus da pureza. Fundamentalmente o objetivo de Oswald era o de produzir uma síntese interpretativa do Brasil ou uma teoria cultural que levasse em conta tudo aquilo que existira antes mesmo de o Brasil ser Brasil – que era formado por indígenas de diferentes nações; que sofreu a violência de todo e qualquer ato colonizador; que teve o impacto da chegada compulsória de africanos escravizados. Oswald elaborou uma síntese que idealizaria a nossa capacidade de se apropriar da diferença. Como bons antropófagos, descendentes dos Caetés, aqueles que se deliciaram com a carne do Bispo Sardinha, a deglutição seria o ato capaz de trazer para si o que há de mais valioso no outro, a maneira de ampliarmos o nosso poder. Não haveria motivos para vergonha. Em um jogo dialético, tenso, produziríamos uma síntese capaz de nos tirar da relação passiva e subserviente às ideias europeias. A antropofagia

era o ato que conferiria dignidade à nossa produção cultural. “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” e “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago” (ANDRADE, 2017, p. 50) são alguns dos aforismas do *Manifesto Antropofágico* que Oswald desenvolverá em outros textos, ao longo da sua vida, com o fito de conferir ao pensamento antropofágico o poder de influenciar e se imiscuir em todas as esferas da vida social brasileira. Para alguns críticos da cultura nacional, Oswald ousou em produzir uma verdadeira filosofia ou metafísica brasileira (RUFFINELLI; CASTRO, 2011). Esse intento aparece de forma sistemática e mais evidente em *A crise da filosofia messiânica* e na *A marcha das utopias* (ANDRADE, 1970). Tomada essa medida de precaução, seguimos.

O Porto Maravilha (A nossa alegoria)

A ocupação da zona portuária carioca ocorre no início no século XVII, mas o seu dinamismo econômico chegou a partir de 1770, quando o mercado de negros escravizados foi transferido da Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março) para o Valongo (as ruínas do Cais do Valongo estão expostas na Rua Barão de Tefé, no bairro da Saúde). No final do século XVII, o porto do Rio de Janeiro era o maior do país. Esse dinamismo aumentou com a chegada da Família Imperial, em 1808, com o Tratado de Comércio e Navegação assinado em 1810 – que garantiu a abertura dos portos brasileiros para produtos ingleses –, e o aumento da demanda por bens materiais de uma metrópole que expandia a sua densidade demográfica.

Na passagem do século XIX para o século XX, o porto do Rio de Janeiro era formado por um conjunto de ilhas da Baía de Guanabara – sua extensão, no continente, iniciava na região fronteira ao Paço Imperial e abarcava as praias das Palmeiras e São Cristóvão. Engajado na marcha do progresso, para mostrar ao mundo que o principal porto do Brasil se modernizava e, com efeito, a capital do país debelaria as graves doenças provocadas pela falta de uma infraestrutura urbana capaz de garantir a salubridade, o presidente da República Rodrigues Alves em um dos seus pronunciamentos apresentava suas intenções:

Quando, em 15 de novembro de 1902, assumi o governo, tomei o compromisso formal de empenhar todos os meus esforços em prol dos grandes interesses nacionais [...]; cuidar, em suma, da vida econômica do país, e, especialmente, do saneamento e remodelação desta capital, como condição indispensável para que todos os elementos de progresso possam ser ativados eficazmente. (AZEVEDO, 2016, p. 164).

O presidente nomeia para prefeito da capital o engenheiro Pereira Passos, e contrata a empresa do engenheiro Paulo de Frontin para realizar as obras de modernização do porto e as reformas na área central. A reforma

realizada entre 1903 e 1906, que aterrou uma extensa faixa do litoral, onde passa a Avenida Rodrigues Alves, alterou a morfologia e a deixou bem próxima da configuração espacial de hoje. As mudanças urbanas, além de seus objetivos sanitários, econômicos e paisagísticos, acompanhavam as ideias eugenistas da época (SCHWARCZ, 1993). Com as reformas, também se esperava diminuir a repulsa e temor de viver ou passar pela cidade, onde as moradias populares eram vistas como “oficinas das pestes” (SANTUCCI, 2008), e encorajar a imigração europeia, de pessoas de pele branca, dispostas a trabalhar. O estímulo à imigração comportava dois propósitos: ter mão de obra abundante para a lavoura e os serviços nos estabelecimentos urbanos, e acelerar o branqueamento da população para alcançar os píncaros da civilidade, segundo a teoria fundamentada na ciência moderna que poucos se atreviam a questionar.

O esforço de se mostrar ao mundo como a Paris dos trópicos custou caro aos cofres públicos. O presidente Rodrigues Alves

levantara um empréstimo de 8.500.000 libras junto ao banco dos Rothschilds, em Londres, uma soma que, à época, aproximava-se da metade do orçamento da União. Desse montante, mais de 50% do dinheiro captado na banca dos Rothschilds foram aplicados somente nas obras do cais. (AZEVEDO, 2016, p. 151).

Como descrito no início desta seção, esses recursos vultosos não melhoraram a vida dos mais pobres. A falta de infraestrutura básica para essa população – saneamento, transporte, equipamento educacional etc. – estava fora do escopo do projeto. O avanço do projeto de modernização da República era violento para a maioria da população, formada por pobres, famélicos, desvalidos. Ela involuntariamente transformava esses, sem eira e sem beira, em desterrados em sua própria terra. Travava-se uma verdadeira guerra contra um lado, com a mesma nacionalidade dos seus algozes, que estava sempre desarmado.

Fechemos este livro. Canudos não se rendeu. Exemplo em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (CUNHA, 2000, p. 514).

Acima temos um dos últimos parágrafos do ensaio de Euclides da Cunha, *Os sertões*, que relata o último dia da Guerra de Canudos. Publicado em 1902, se tornou um dos primeiros trabalhos de interpretação do Brasil republicano. Em 1897, o autor, já desligado do exército, viaja à Bahia e escreve reportagens sobre a Guerra de Canudos, de agosto a outubro, para o jornal O Estado de São Paulo. Euclides acompanhou a quarta e última investida do exército republicano tomar o Alto da Favela. Os horrores que viu naqueles

meses, registrado em seu diário, alimentou as matérias para o jornal e o longo ensaio, que levou quatro anos para ser produzido, sobre mais uma guerra a compor as tragédias do país.

O ataque a Canudos, o assassinato de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, foi demonstração estrondosa do destino de qualquer um que se colocasse contra o avanço do progresso (BARROS *et al.*, 2019). Para os que resistiram, cova rasa. Aos soldados vitoriosos, promessas não cumpridas. O governo prometera a esses, maioria negra, moradia como prêmio em caso de vitória. Para tentar consumir a promessa, os soldados, numa combinação de pressão e necessidade, se alojaram próximos ao prédio do Ministério da Guerra, atual Palácio Duque de Caxias, no Morro da Favela, atual Morro da Providência, se juntando às famílias despejadas dos cortiços e estalagens do centro do Rio de Janeiro. Esse encontro, entre Canudos e Morro da Favela, é uma contundente indicação do que a República reservaria aos pobres, aos com poder limitadíssimo de influenciar nos rumos do Brasil.

A ocupação do Morro da Favela e a Guerra de Canudos são atos fundadores de como o progresso e a civilização seriam cultivados na terra do pau-brasil. Uma parte dos moradores do Morro da Favela esteve a serviço do exército, cumprindo a nada honrosa tarefa de matar aquelas pessoas que queriam ter seu próprio pedaço de terra e se negava a seguir as regras de uma República excludente. Pobres, negros, agiram sob as ordens de oficiais e executaram à bala cerca de 20.000 seguidores de Antônio Conselheiro. A outra parte, despejada violentamente, vivera na região, em estalagens e cortiços demolidos no final do século XIX, anos antes do bota-abixo. Entre tantas demolições, o cortiço Cabeça de Porco é uma das mais citadas em nossa historiografia urbana.

As demolições se tornaram constantes, o progresso avançava sobre escombros e sangue. Com ele uma “política habitacional” para os pobres ia tomando forma. O seu prenúncio apareceu gravado no Código de Postura (Decreto nº 391, de 10/02/1903). Nele se leem as bases do que seria a inação (também uma forma de realizar políticas públicas e garantir a superexploração dos trabalhadores urbanos) dos governos na provisão de habitações populares. No decreto constava: “Os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiveram habitações mediante licença” (MARINS, 2021, p. 120). Neste decreto, encontramos em germe os desajustes das políticas habitacionais. A formação das favelas na capital federal, com certa permissividade do Estado, se tornou a principal forma de amortecer os conflitos por moradias populares. Um conflito que se reconfigurou, mas não desapareceu. No Rio de Janeiro atual, um pouco mais de 20% da sua população, próxima a 7 milhões de habitantes, vive em favelas.

Favelados sempre estiveram inseguros sob a ameaça constante da violência do Estado, para prender, matar ou expulsar famílias para a construção de edificações da “cidade formal”. Assim foi com a reforma da área

central, no início do século XX, com a criação da Avenida Presidente Vargas, em 1944, ou com a verticalização urbana na Zona Sul da cidade, na década de 1960. Dessa forma, a vida dos pobres, bem antes de Zygmunt Bauman nos apresentar o conceito de sociedade líquida, foi marcada pela insegurança. Era sair do cortiço ou da estalagem para morar na favela, dessa, para regiões mais afastadas, longe do local de trabalho, quebrando vínculos de vizinhança, em condições de moradia e serviços públicos ainda mais precárias. Lembrando que parte desses locais, como por exemplo a região da Baixada Fluminense, a partir da década de 1950, foram ocupados por milhares de famílias que, por falta de condições para viver na área rural, saíam em direção ao Rio de Janeiro acreditando conseguir uma vida melhor e, quem sabe, retornar para a sua terra natal. A zona portuária, portanto, é uma miniatura do universo brasileiro, onde os princípios da República, para a maioria da população, não conseguem transpor os limites da imaginação.

Novamente, passados um pouco mais de 100 anos, a arte do simulacro de ignorar os pobres – a marca da República, que parece contagiar todos os governos, independente das referências ideológicas – se apresenta com uma nova indumentária. Na zona portuária, em 2009, aporta o “Porto Maravilha”, imitando os urbanistas de ultramar. Os movimentos sociais perguntavam: maravilha para quem? (GIANNELLA, 2015). O projeto foi apresentado como exemplo indubitável de empenho da administração pública para colocar o Rio de Janeiro entre as cidades globais. Nele, em parceria com empresas da construção civil, em um perímetro de 5 milhões de m², com cerca de 32 mil habitantes (segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010), seriam realizadas mudanças para usos diversos, com investimentos estimados de R\$ 8 bilhões. Boa parte desses recursos eram públicos, retirados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – no início do projeto foram usados R\$ 3,5 bilhões. Posteriormente, com o baixo interesse de agentes imobiliários em adquirir títulos que lhes davam o direito de construir na região – em um período em que investir no mercado financeiro, em títulos da dívida pública, por exemplo, era mais vantajoso, entre outras coisas –, mais dinheiro público do FGTS foi utilizado para pagar o consórcio de empresas responsáveis pelas obras e serviços na região.

O propósito era transformar a zona portuária em local para moradia, com postos de trabalho, serviços e equipamentos para o entretenimento – conforme a propaganda governamental, uma área central que segue o padrão internacional de cidades: compactada, adensada, de uso diversificado e ambientalmente sustentável. Muita lorota! O projeto, com suas obras, deveria abarcar as favelas do Morro da Providência, Pedra Lisa, Morro da Conceição, Morro do Livramento, Morro do Pinto, São Diogo, os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Centro, Cidade Nova e São Cristóvão. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) já identificava que mais da metade das famílias que viviam nesses bairros e favelas possuíam renda mensal domiciliar *per capita* inferior

a um salário mínimo. Com a pandemia, a situação econômica e social que já era ruim, infelizmente, piorou.

Esse projeto urbanístico foi mais uma vez a repetição, em um outro tempo, com outros recursos, do que tem sido a marca de boa parte dos projetos urbanos no Brasil – um pastiche. É mais uma vez a mistura dos hábitos adotados por pessoas que ocupam posições de decisão dentro do Estado e de corporações: produzir pastiche serialmente, ignorar, sempre, as nossas capacidades, encontrar incansavelmente meios para obter vantagens para ampliar o poder e o patrimônio pessoal e corporativo. Essas características, sobretudo a de produzir o espaço urbano imitando as ideias e formas criadas no Norte da Europa ou da América anglo-saxônica, se tornaram um forte traço do comportamento nacional que extrapola, em elevada medida, o urbanismo e a arquitetura. Poucas esferas da vida não são acometidas por essa enfermidade. A produção intelectual, instituições de pesquisas, a produção estética, entre outros espaços e fatos da vida social, não escapam. Nem o futebol, orgulho nacional, resistiu!

O *American way of life* – consumir, consumir e consumir; ter, ter e ter, agora com o tempero do empreendedorismo – “ilumina” as mentes ditas mais ilustres do Brasil. Estátua de um marruá, semelhante a que está em Wall Street, nos Estados Unidos, foi colocada na Bolsa de Valores de São Paulo; a Estátua da Liberdade é o ícone do bairro do Rio de Janeiro, onde dizem residir os “novos ricos”. Até democratas, pessoas que visam à redução da desigualdade social, não conseguem se livrar desse jeitinho de ser e pensar, de olhar compulsivamente para o exterior e importar sem a devida mastigação. A má digestão está em nosso mundo material e das representações mentais. No campo da produção teórica, nossa balança de pagamento é deficitária, em que pese o esforço de uma minoria quixotesca, mencionada no início deste ensaio, que trabalha arduamente para nos tirar dessa condição subalterna.

Precisamos mesmo de progresso, desenvolvimento ou neodesenvolvimentismo? A marcha da insensatez degrada o Cerrado, retira uma das suas riquezas naturais – a água – para expandir a produção de soja; a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte acelerou o etnocídio; recentemente, incentivado pelo governo federal, temos a mineração criminosa, queimadas; nas metrópoles e centros urbanos temos a expulsão de famílias para dar lugar, como sempre, a empreendimentos imobiliários de luxo.

A modernidade, por aqui, expõe a sua face mais trágica. A Guerra de Canudos, podemos afirmar, foi o marco fundador da barbárie republicana. Aterrorizou até mesmo um republicano positivista como Euclides da Cunha (CARVALHO, 2019).

O “Porto Maravilha”, portanto, nada mais é que a repetição da miséria intelectual de uma elite que vive de cócoras para as classes dominantes internacionais, que sempre se negou a ver e a encontrar soluções para os nossos imensos problemas, aproveitando aquilo que temos de melhor

entre nós. A zona portuária, com o projeto Porto Maravilha, é mais um microcosmo desse Brasil – Cais do Valongo, Guerra de Canudos, a Revolta das Carnes Verdes, a Revolta da Vacina, local da primeira favela do Brasil, a Paris dos Trópicos (SANTUCCI, 2008). Despejos, violência estatal, desalento, equipamentos públicos desativados, muitas manifestações culturais suprimidas ou, para existir, submetidas à lógica mercantil da indústria cultural e do turismo. A promessa mais uma vez não se cumpriu. Quem sempre teve muito, ganhou mais. Para a maioria, que sempre teve pouco, muito do pouco que tinha foi retirado. Atualmente, sobretudo com a crise econômica e a pandemia da Covid-19, a região não alcançou o dinamismo projetado. O que seria da região se não fosse a riqueza cultural que resiste à ignorância e contém o fim do mundo!

Propostas para o Brasil (A retomada)

Perto de completarmos 200 anos da Proclamação da Independência e 132 anos da República, já passamos por ditaduras e golpes, pela gripe espanhola, no início do século passado, e agora estamos dentro de uma nova pandemia; figuramos na lista das quinze maiores economias do mundo e no topo da lista dos países mais desiguais do planeta; sempre temos brasileiros na lista dos mais ricos do mundo; temos um extensa área de cultivo de alimentos, somos grandes produtores de gado, soja, milho e café que enriquece o agronegócio; ao mesmo tempo, chegamos no segundo ano desta pandemia com a metade da população em situação de insegurança alimentar (DIAS *et al.*, 2021); estamos perto de um estado de miséria crônica; temos os maiores aquíferos do mundo e água doce superficial em abundância – o que faz com que os interesses das corporações para explorar comercialmente a água no Brasil aumente; nossos biomas têm uma biodiversidade abundante; o sistema bancário do Brasil é um dos mais sofisticados do mundo e temos milhares de desempregados vagando pelos grandes centros urbanos; anualmente cerca de 60 mil pessoas são vítimas de morte violenta, principalmente por arma de fogo – a maioria são jovens negros, moradores de favelas e periferias; até fevereiro de 2020 mantínhamos a terceira maior população carcerária do planeta; o etnocídio segue impiedoso – a população indígena não cessa de minguar, vive num fim do mundo; nessa pandemia o coronavírus tirou a vida de mais de 600 mil pessoas; temos um governo que ataca as estruturas do Estado, por dentro, e destrói o nosso precário sistema de proteção social, fragiliza as legislações de proteção do trabalhador e drena os recursos públicos para os ricos – abre as portas do Estado para a pilhagem realizada pelos piratas do “mercado”; querem dar fim a qualquer vestígio de um Estado de bem-estar social. Os mortos e os que vivem sob privilégios, miseráveis e os milionários, sem-sonhos e os *hunters*, sem-emprego e os herdeiros, sem-teto e os latifundiários urbanos e rurais, sem-comida e os protegidos por

Deméter – Basta de paradoxo! Será que o economista Edmar Bacha continuará tendo razão? A Belíndia (BACHA, 2012) se eternizará? Essa é a marca da nossa República.

Em meio a esse cenário, se incorporou ao léxico de diferentes instituições do país a palavra “retomada”. De todos os lados – do corporativo empresarial, entre as organizações e movimentos sociais, partidos políticos do campo democrático e os antidemocráticos –, são apresentadas propostas para um Brasil que supere a tragédia social agravada pela pandemia.

As mudanças determinadas pelas transformações técnico-científicas e axiológicas, faz tempo, vêm produzindo dificuldades. O desemprego estrutural ou precário só aumenta. O Porto Maravilha é um caso bem próximo de nós que faz parte dessas mudanças. A terra urbana, diferente do tempo de Pereira Passos, passou a ser um ativo, de uso quase irrestrito. Se antes se restringia a ser fonte de renda extraída do aluguel ou do que se produzia ou comerciava dentro da edificação, agora, a terra, os imóveis que nela se assentam, são bem mais, se tornaram lastro para contratos e papéis negociados no mercado financeiro. Lembremos que esse circuito de trocas e negociações de ativos intangíveis, em tempo real, não seria possível sem as conquistas da ciência eletroeletrônica, da computação etc. Santo transistor! De nada valeria as ideias de Hayek, Friedman, as ações de Thatcher, Reagan e tantos outros sem aquela invenção e o aperfeiçoamento das máquinas, cabos e satélites que atingem a órbita geostacionária. Em frações de segundos, com um toque na tecla de um computador ou na tela de um *smartphone*, a economia de um país sucumbe, milhares ficam sem onde morar, sem trabalho, sem serviços públicos. E com as mudanças de valores sociais, com a reorientação da bússola moral, tudo isso é visto com normalidade. O mundo agora é, ainda mais, cada um por si! O mais esperto, o mais forte, leva tudo.

O capitalismo industrial, que a partir do fim da Segunda Guerra Mundial foi o dínamo econômico dos centros urbanos, não possui a mesma importância. O que vemos são indústrias desativando suas plantas, ou acelerando processos de automação, economizando mão de obra, ou se transferindo para cidades fora das regiões metropolitanas – quando encontra incentivos fiscais e custos menores com salários. Face da mesma moeda, parte expressiva do agronegócio se industrializa e passa a absorver uma menor quantidade de trabalhadores; subordinam a dinâmica das cidades rurais aos seus negócios; ao mesmo tempo, impactam a cultura nacional com festivais musicais, rodeios etc. (POMPEIA, 2021). Vivemos transformações na forma de produzir manufaturas e na produção agropecuária que ampliam um exército de mão de obra de reserva inaproveitável. Um fenômeno de impacto em todo o país!

No meio desse furdunço, nada musical, não há como duvidar do antropólogo Claude Lévi-Strauss, ao escrever nas últimas páginas de *Tristes trópicos*: “O mundo começou sem o homem e se concluirá sem ele” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 442). Estamos aqui, vivos, não se sabe bem como e até

quando perduraremos. A novidade, para dar novo matiz às nossas ansiedades, é o colapso climático, que anima os negócios corporativos com as soluções da “economia verde” (MORENO *et al.*, 2021) – precificar tudo! Prevalece a doentia ideia de que as regras do mercado salvarão o planeta do fim. Mas já há indicativos que são os mais pobres que mais sofrem as suas consequências das mudanças do clima – de Bangladesh até o semiárido do Nordeste brasileiro.

Sabemos que “retomada” tem vários sentidos, depende de quem elabora as propostas e quem tem maior capacidade de efetivá-las. Por tais razões, avalio quão valioso seria retomar o modo intelectual dos intérpretes do Brasil. Chama atenção que, com todas as influências externas, a nossa produção estética seja capaz de gerar algo distintivo, reconhecido em qualquer quadrante do planeta. Mesmo com a globalização, que tem uma forte tendência a imprimir a homogeneização, as artes encontram brechas e se mostram com marcas culturais próprias. Não estamos, portanto, diante de um momento, depois de tantos ataques, de ampliar a produção intelectual, as nossas pesquisas olhando para esse divórcio do Brasil com o Brasil? Como ignorar as transformações sociais, econômicas, de valores e culturais nos diferentes territórios do nosso país? Epistemologias, como as dos povos indígenas, mostram a sua importância para conter a flecha do progresso. Grupos sociais e pesquisadores, do campo progressista, já suspeitam do padrão interpretativo euro-americanizado, e desenvolvem pensamentos mais vinculados à nossa formação social. Por que determinados países produzem teorias e exportam para o mundo, e nós pouco a produzimos, mesmo para o nosso consumo próprio? O estudo da filosofia que o diga, minha área de pesquisa – os institutos estão abarrotados de história da filosofia e de trabalhos de exegese de conceitos, que também são importantes, mas... essas são outras questões.

Considerações finais

Estamos diante de uma grande oportunidade de atacar mais um mal que assombra uma ampla parte da nossa sociedade: o vício da imitação, da subordinação passiva. Os movimentos sociais estão sempre em combate, apresentam alternativas em algumas situações, nem sempre as melhores. Creio que uma das agendas, no campo da produção do conhecimento e da pesquisa acadêmica, para a dita “retomada” é procurar encontrar a viabilidade de uma sociedade em nossos próprios termos. Nos termos resultantes dessa confluência entre nativos, invasores, escravizados vindo de outro continente, de um cristianismo católico da península ibérica, da influência do islamismo e de religiões de matriz africana, difundidas e praticadas por aqui. De um caldo de confluência que gerou instituições porosas, de pouca impessoalidade – como desprezar a análise de Sérgio Buarque sobre a cordialidade como

um traço marcante da personalidade do brasileiro, cujo amor e ódio caminham lado a lado –, distante de se vestir da racionalidade aspirada por filósofos franceses e anglo-saxônicos.

Como explicar tanta solidariedade e violência? Como é possível, explicável, brotar tanta criatividade no meio de tanta miséria? Como se suporta tanta contradição? Nem Miami, nem Disneylândia, nem qualquer outro tipo de americanismo; pouco menos uma defesa de um passadoismo. É um cenário, uma época, em que é difícil ter uma resposta adequada, mas é possível assumir uma postura intelectual de modo a buscar respostas múltiplas à altura da nossa complexidade. Relembro o que escrevi no início: há pessoas com essa atitude realizando suas pesquisas, mas uma minoria. Uma parte do Brasil pede que esse trabalho se amplie. A propósito, eu poderia continuar esse ensaio abordando alguns desses trabalhos, mas me limito a evidenciar a sugestão dada pela socióloga Cibele S. Rizek, docente na USP São Carlos, que consta no texto de sua autoria ao tratar das transformações urbanas de ataque aos pobres: “a desmontagem de diagramas de análise que permitiriam compreender o país parece apontar para a necessidade de reler os clássicos, dialogar com eles, puxar fios, buscar mais uma vez nomeações” (RIZEK, 2013, p. 44).

Se, de fato, o que sugiro contraria o nosso tempo – tempos tão céleres –, e pode ser mesmo impraticável, contento-me com a produção deste breve ensaio defendendo ideias que sofrem desmedido desapareço no afã de, mesmo assim, estimular os mais jovens, com disposição intelectual, a pensarem outras propostas para o Brasil.

Referências

- ANDRADE, O. *Obras completas do Oswald de Andrade: do Pau-Brasil à Antropofagia e às utopias*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ANDRADE, O. Manifesto Antropófago e outros textos. In: SCHWARTZ, G. (Org.). *Andrade, gênese*. São Paulo: Pequim Classics Companhia das Letras, 2017.
- AZEVEDO, B. *Antropofagia-Palimpsesto selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2016.
- BACHA, E. *Belíndia 2.0: fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BARROS, J. et al. (Org.). *Sertão, Sertões: repensando contradições, reconstruindo veredas*. São Paulo: Elefante Editora, 2019.
- CARVALHO, J. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora, 2000.
- DIAS, A. et al. (Org.). *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- GIANNELLA, L. A luta pelo espaço no contexto do projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 3, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p150>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- MARINS, P. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil: República – Da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.
- MORENO, C. et al. (Org.). *O Brasil na retomada verde: integrar para entregar*. Brasília: Grupo Carta de Belém, 2021.
- PARANAGUÁ, P. *A invenção do cinema brasileiro: modernismo em três tempos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- POMPEIA, C. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- RIZEK, C. Mestre Chico – Apontamentos e reflexões. In: BARROS, J.; SILVA, E.; RIZEK, C. (Org.). *Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fase, 2013.
- RUFFINELLI, J.; CASTRO, J. (Org.). *A antropofagia hoje? Oswald de Andrade em cena*. São Paulo: É Realizações, 2011.

SANTUCCI, J. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

XAVIER, I. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.